



«EXISTE O RISCO DE UMA SUBIDA DE PREÇO AUMENTAR A PRESSÃO PARA QUE HAJA MAIS CULTURAS PERMANENTES»

A proposta da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva (EDIA) para o preço da água no empreendimento de Alqueva leva a um aumento significativo (pode chegar a 140%), motivado pela subida dos custos com energia.

Em entrevista, José Pedro Salema, presidente da EDIA, fala deste tema e de outros, como a expansão, os precários e a produção de energia.

Carlos Afonso

Qual é a situação das obras de expansão do EFMA? Quando ficarão prontas?

Já estão feitos três blocos: Évora, Viana do Alentejo e Cuba-Odivelas, num total de 10.000 hectares [ha]. Estão em concurso, em várias fases, os blocos de Messejana (e ligação ao Monte da Rocha), da Vidigueira, de Reguengos e de Póvoa-Amareleja-Moura. Estes quatro novos blocos somam 20.000 ha. Messejana, Vidigueira e Reguengos podem estar prontos até ao final de 2025. Póvoa-Amareleja-Moura pode estar pronto até ao fim de 2027. Depois, temos também em concurso quatro reforços de estações elevatórias – há estações elevatórias que não foram instaladas com todas as bombas

de propósito, para que os equipamentos fossem sendo instalados à medida que os pedidos iam entrando. Associado a estes reforços e a estes blocos, temos também investimento em fotovoltaico para autoconsumo.

Porque é que o bloco de Póvoa-Moura-Amareleja demora mais?

Porque o projecto tem que ser revisto. Há algumas áreas que já têm outras utilizações. Há áreas que já regam por captações directas e já existe uma central fotovoltaica grande instalada em terrenos que seriam ocupados com regadio. Regadio e central fotovoltaica no mesmo terreno não dá, pelo menos

com as tecnologias convencionais. Por isso temos de rever o projecto e é por isso que vai ficar para mais tarde. Temos também que desfazer as empreitadas. Não podemos lançar os concursos todos no mesmo dia, porque não temos capacidade para o fazer e porque o mercado também não tinha capacidade de resposta.

A área que esse bloco vai ter ainda não está definida, por causa dessa revisão?

Precisamente por isso.

Há uma grande polémica quanto à vossa proposta para o preço da água...

A nossa proposta é que haja uma fórmula de ajuste do preço ao custo. Essa fórmula tem uma componente de custo fixo unitário e uma componente de quantidade de energia vezes o preço da energia. Na nossa perspectiva, a fórmula tem várias vantagens. Tem a vantagem de poder ser ajustada automaticamente em função dos preços e dos custos que se verificam em cada ano. Portanto, dispensaria a revisão de um tarifário anual por parte de uma tutela ministerial e passaria de um preço que pode ter uma componente política a um preço eminentemente técnico. A decisão de fixação dos valores de Alqueva é sempre por um conjunto de três ministros – Finanças, Ambiente e Agricultura –, mas, com esta fórmula – definida, naturalmente, por estes três ministérios –, seriam

actualizados anualmente, antes de cada campanha de rega, em função dos custos reais da electricidade e dos custos fixos que se forem verificando. A decisão não está tomada e não cabe à EDIA. Cabe à EDIA fazer uma proposta e cabe a estes três ministros tomarem a decisão e publicar esse despacho em Diário da República. Só a partir desse momento é que teremos um novo tarifário. Não sei responder quando é que se tomará essa decisão. A nossa recomendação é que seja ainda nesta campanha – nos próximos dias, idealmente, mas não sei dizer se acontecerá ou não.

O considerável aumento do preço da água pode condicionar ou reduzir a disponibilidade para investir, nomeadamente de pequenos produtores.

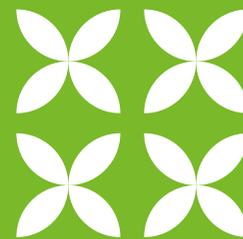
Acredito que os pequenos produtores, os produtores de culturas com grandes dotações, em que o peso da conta da água é significativo, podem, de facto, ter de tomar uma decisão difícil, que pode chegar, no limite, a não fazer uma cultura anual este ano ou optar por uma estratégia de rega mais conservadora em culturas permanentes.

Pode então haver uma queda da diversidade cultural, sobretudo ao nível das culturas anuais.

Se houver uma pressão maior para abandonar culturas anuais e trocar por culturas permanentes, isso é sempre negativo. Já estamos com 70 e tal por cento de culturas permanentes.



Na natureza do seu negócio



Projetos de Investimento



Projetos de Inovação



Gestão Industrial



Planeamento Estratégico



Gestão de Informação



Estudos Setoriais



Gestão da Sustentabilidade



Comunicação e Disseminação

consulai.com



Lisboa +351 213 629 553
Beja | Fundão | São Miguel
E consulai@consulai.com



Se tivermos 90 e tal, perdemos um fusível que pode ser usado em anos dramáticos, porque num ano muito mau não se fazem culturas anuais. Se for tudo culturas permanentes, tipicamente associadas a grupos financeiros ou a fundos de investimento que têm maior capacidade e que arrendam terras aos pequenos proprietários – não digo que este é o modelo universal, mas que é muito frequente –, pode haver aqui um movimento de maior pressão para arrendamento das terras e abandono das produções tradicionais. Portanto, existe o risco de uma subida de preço aumentar a pressão para que haja mais culturas permanentes. E mais olival, mais amendoal, menos culturas anuais. Os decisores têm que perceber que isto é uma situação temporária. Se a nossa proposta for acolhida, a fórmula faz com que, assim que o preço da electricidade baixe, o preço da água baixa também. É mau na subida, mas vai ser bom na descida, porque é instantâneo. Os benefícios passam logo para o preço da água. Queremos fazer isto apenas dentro de uma campanha, para dar estabilidade ao longo da mesma. Mas tudo aponta para que os mercados de electricidade estejam muito mais baixos em 2024. A perspectiva é favorável: o preço do mercado de electricidade para 2024 é cerca de metade do que era no princípio deste ano, deste ano. Portanto, vamos comprar energia mais barata para o ano e a EDIA tem também o projecto fotovoltaico na calha, que em 24 até já pode ter alguma produção e que em 25 seguramente estará em plena produção. Estes dois factores vão reduzir o custo e, com uma fórmula ajustada ao custo, vamos ter preços mais baratos. O preço da água depois ajusta-se automaticamente na próxima campanha. Portanto, se calhar temos de passar aqui um 23 mais difícil, mas depois em 2024 vamos ter logo boas notícias. Se este ano podemos ter custos muito altos, para o ano e seguintes existem óptimas condições para virmos a ter preços muito mais competitivos.

Com a fórmula, o valor seria actualizado em que altura?

A nossa ideia é conseguir ter esse valor fechado no princípio do ano, durante o primeiro trimestre. Em Janeiro e Fevereiro praticamente não há consumos de água. Começam em Março timidamente e depois em Abril é que já têm algum significado. Portanto, queremos ter isto fechado nos primeiros meses do ano e depois a fixação dos preços para a campanha do ano, com base num contrato conhecido para o ano todo e com base também naquilo que sabemos que vamos ter de produção renovável – que, se hoje ainda é marginal, acredito que em dois anos vai ser muito, muito significativa.

O que têm então previsto na vertente de produção de energia para autoconsumo?

Há duas maneiras de reduzir o custo e, portanto, melhorar o preço da água. Uma é por via do mercado. Se o mercado da electricidade melhora, melhora também para nós e vamos poder ter custos mais baixos. Mas mesmo com preços altos, se produzirmos uma parte importante da energia, podíamos não ter que mexer no tarifário. Se hoje já tivéssemos 60% de energia produzida, era indiferente. Se calhar, conseguíamos

absorver perfeitamente este preço mais alto da energia porque, no fundo, as contas não mexiam muito. Há um aviso do PDR aberto neste momento e estamos a preparar várias candidaturas. São alguns megawatts de produção fotovoltaica e temos também um projecto de 50 e tal megawatts [MW]. Tudo junto, podemos estar a falar em 60, 65 MW, que podem ser concretizados em dois anos. Isto quer dizer que em 2025, no máximo, tínhamos 65 MW de fotovoltaico. Mais as hídricas e as fotovoltaicas que já temos, estamos a falar em uma independência, uma produção de energia equivalente a 60, 65% do consumo. Com isso, os preços da água podem descer. Se tivermos boas condições, podem ficar até ligeiramente abaixo do que foi definido em 2017. Portanto, abaixo dos preços actuais. Mesmo considerando a inflação que estamos a viver.

Estes 65 MW são de fotovoltaico flutuante e terrestre?

Essencialmente flutuante, mas algum em terra. Temos algumas estações elevatórias com terrenos à volta nossos e que não têm problemas ambientais, não têm classificações, etc., que podemos utilizar. Estão 24 unidades fotovoltaicas em projecto neste momento – que incluem as centrais que vamos fazer no âmbito do reforço de potências e no alargamento. Das 24, umas seis são em terra. As outras são todas fotovoltaico flutuante. E as grandes são todas em água, porque não há espaço para fazer 12 MW em terra: estamos a falar de 20 ha. E 28 MW em terra são quase 50 ha. Na água, estamos a falar de 20 ha, num lago que tem 100.

A EDIA definiu, com o contributo do COTR, um conjunto de dotações para as culturas. A DGADR está actualmente a preparar uma tabela de dotações. Consideram ajustar a vossa tabela de dotações, mediante o que for definido pela DGADR?

Fizemos dotações de cultura porque detectámos algumas áreas não autorizadas. Para controlar o crescimento dessas áreas, associámos a todas as inscrições um volume autorizado, que é igual à dotação da cultura vezes a área autorizada. Portanto, quem tem 100 ha de olival – superintensivo, por exemplo –, tem até 3.400 metros cúbicos [m³] por hectare, tem 3.400 vezes 100. É esse o volume que tem. Se além dos 100 autorizados ele tem mais 20 que não estão autorizados, essa área não autorizada vai ter zero. O que é que queremos provocar com isto? Primeiro, que as áreas não autorizadas não cresçam mais. E depois provocar a alteração dessas áreas, quer por se deixar de as regar, arrancar as culturas permanentes ou reconverter para sequeiro. Se são áreas não autorizadas, tinham problemas: questões ambientais ou falta de capacidade da rede ou pura e simplesmente foram plantadas no passado ou há dois anos – portanto, depois de uma fase em que já estávamos em plena utilização e de terem sido avisados que não poderiam estender a água regada mais do que aquela que já tinham. Pedimos ao COTR para determinar quais é que são as dotações de cultura desta região em ano médio. E o mesmo racional está a ser usado pela DGADR para determinar as tabelas oficiais para o país todo. Já tivemos

acesso a elas e são perfeitamente em linha com as nossas. Pode haver ligeiras diferenças, motivadas pelas fontes de dados – a DGADR está a utilizar séries do IPMA, nós estamos a usar séries das estações meteorológicas do COTR –, mas não vão ser substanciais. E se as dotações da DGADR passarem a ser universais e toda a gente concordar com elas, naturalmente podemos passar a usar as dotações da DGADR no próximo ano. Não há qualquer questão com isso, não há nenhum dogma aí. Estamos abertos a ter uma dotação que seja a dotação que a ciência recomenda para aquela cultura naquela zona e que essa seja a bitola pela qual capeamos a utilização no nosso sistema, para impedir usos abusivos e para impedir sobreuso. Porque também há alguns agricultores – são casos excepcionais, mas existem – que têm estratégias de rega fora do paradigma actual: querem regar 5.000 m³ em olival, quando normalmente todos gastam 3.000. Não queremos que isso aconteça, porque quando há esses consumos vai haver menos água para outros. Com esta estratégia, queremos garantir o uso eficiente para todos.

Como fica a situação dos precários? Há possibilidade de virem a ser integrados?

A proposta da EDIA é que não haja integração de precários, porque abriria um problema à capacidade da rede. A rede não teria capacidade de admitir estes mais de 20.000 ha que temos de áreas precárias e, ao mesmo tempo, troca de culturas dentro da área actual e da futura área beneficiada que seria integrada. A rede não foi pensada para conseguir acomodar pedidos tão elevados. Teríamos depois de entrar em calendários de rega, horários de rega, coisas que porventura existem noutros perímetros públicos, mas que aqui não há e que não gostaríamos que existissem. Que o agricultor possa abrir a água quando quer e que o hidrante tenha água sempre: é assim que funcionamos. Para evitar essa situação, não podemos integrar os precários actuais e temos de ir acompanhando as culturas que estão instaladas nas zonas vizinhas e que vão determinar a folga existente no sistema, que permite abastecer a área precária. Portanto, é isto que, na nossa perspectiva, não pode ser cristalizado numa decisão de alargamento, porque poderia pôr em causa o abastecimento dessas áreas.

Na óptica da disponibilidade de água no EFMA e do seu crescimento, o sistema é sustentável? Ou está a atingir-se um ponto crítico, que pode colocar em causa a disponibilidade de água para todos os fins a que tem sido destinada?

Não. Acho que Alqueva é sustentável e as medidas que estamos a tomar agora não são de curto prazo, são de longo prazo. Estamos a pensar no longo prazo, não estamos a pensar no amanhã, em 25 ou 26. Estamos a pensar bastante à frente. No fim

do Verão passado, a albufeira estava uns bons metros abaixo do que está hoje e alguns pensavam que estávamos numa situação já de iminente ruptura. Estávamos oito, sete metros abaixo do máximo, por aí. Isso não é, de todo, ruptura. Mesmo no fim de dois anos em que não houve afluências praticamente nenhuma, ainda estávamos 13 metros acima do mínimo: tínhamos ainda muitos milhões de metros cúbicos de água. Alqueva tem uma capacidade e uma resiliência extraordinária. O funcionamento, a forma como tem reagido, tem sido exactamente como esperado. Não há propriamente surpresa nenhuma. O que temos de garantir é que não saímos do cenário projectado, porque, segundo a informação que temos, esse cenário é sustentável. Isto é, permite projectar os próximos 30 anos sem haver nenhum ano de ruptura de fornecimento. Mas se aumentarmos o consumo em 20%, isto já não é verdade. Se em vez dos 600 milhões de metros cúbicos retirarmos 750, há um ano em que aquilo vai ao limite mínimo de exploração. É isso que não queremos que aconteça nunca. Queremos controlar hoje, queremos ficar dentro dos volumes da concessão, não porque haja algum limite absoluto no volume que podemos retirar do sistema, mas porque o sistema não aguenta uma retirada constante acima desse volume. Se, num ano excepcional, retirarmos mais do que a concessão, não há problema nenhum, só temos que pagar à EDP – existe uma fórmula de compensação, no contrato com a EDP. Mas se tiramos sistematicamente mais do que está previsto, estamos a tirar mais do que o sistema tem capacidade de dar. E depois alguma coisa vai ter que ficar por satisfazer: ou os agricultores ou o caudal ecológico... Alguma coisa vamos ter que sacrificar. E há aqui um elemento de muita incerteza, que é a meteorologia. Nunca sabemos as condições de cada ano. Não conseguimos prever que em 2023 vai chover mais de x milímetros. Temos só uma certeza estatística: de que, no passado, em média, aconteceu assim. E temos a previsão dos cientistas, que dizem que em 80 anos pode acontecer uma redução de 20% na precipitação. É com este conhecimento e com uma previsão de alterações climáticas que estamos a trabalhar. ●

